DUAS ROÇAS IMPORTANTES NO "CAMINHO DO PITANGUI"

Maria da Graça Menezes Mourão *

Resumo: No "Caminho do Pitangui", na devassa a que o Conde de Assumar procedeu, houve duas roças de grande importância: a Roça da Cachoeira, do Coronel José Correa de Miranda e a Roça da Gameleira, do Capitão Mor Pedro da Rocha Gandayo.

Abstract: In the "Way to Pitangui", during the investigations that were ordered by the Count of Assumar, there were two very important plantations: the Cachoeira, owned by Coronel José Correia de Miranda and the Gameleira plantation, owned by Great Captain Pedro da Rocha Gandavo.

Quando em 1717 o Conde de Assumar procedeu a devassa da "Picada Clandestina do Pitangui", descobrindo que Manuel Lopes Castelo Branco [...] costumava seguir por uma picada do Paraopeba para aquela Vila, só levando meio dia de viagem, D. Pedro de Almeida, o conde, convidou duas pessoas de sua confiança para [...] lançarem roças naquela picada e franquearem-na, porque a maior conveniência dos paulistas era ter sempre dificultosos os caminhos para fugirem ao castigo, fiados em suas traições (FEU DE CARVALHO, 1931:109).

Roça era o nome que os paulistas davam às suas feitorias, pois elas acabaram se tornando locais de abastecimento para os caminhantes. Foi assim que se iniciaram os principais núcleos que hoje constituem muitas cidades da Estrada Real. Para se incumbir das roças franqueando aquele descaminho, pois o caminho "oficial" depois de Capela Nova e Santa Quitéria passava pelo Morro do Mateus Leme em direção à Pitangui, o Conde de Assumar usou de dois oficiais da Cavalaria, pessoas essas de sua confiança: o Capitão Pedro da Rocha Gandavo e o Coronel José Correa de Miranda, comandante dos Dragões de Vila Rica. Através dos dois, as "roças" foram feitas para vigiar aquela picada, surgindo as tradicionais "Fazenda da Cachoeira" dos Correias de Miranda e a "Fazenda da Gameleira" dos Rochas Gandavos.

Adiante falaremos da Fazenda da Cachoeira, pois, é necessário que a Fazenda Gameleira seja primeiramente identificada, porquanto, foram duas com esta denominação existentes no "Caminho do Pitangui". Para determinar a que pertenceu ao Capitão-mor Pedro da Rocha Gandavo, há que definir de quem era a outra.

Existiu uma "Fazenda Gameleira" na Freguesia do Onça do Pitangui pertencente ao Capitão Antônio Rodrigues Carvalho "Chaves", cujo filho, Miguel Rodrigues foi citado pelo menos em dois relatórios de viajantes estrangeiros que passaram pela região. Castelnau, na sua viagem relatou que dormiu em uma Fazenda Santa Cruz, depois que saiu da Fazenda Gameleira, que pertencia [...] a um certo capitão Miguel Rodrigues velhote imbecil, que por motivo de política nos recusou toda espécie de socorro, registrou ele (CASTELNAU, 1949:186-187).

O tal Capitão Miguel Rodrigues citado por Francis de La Porte Castelnau em sua viagem ao Brasil, entre 1843 e 1847, só não hospedou convenientemente o cientista por este fazer uso de carta com recomendações do Governo, costume entre os viajantes estrangeiros e, por estar acompanhado de soldados de polícia. A Província de Minas Gerais acabava de passar pelas lutas do Movimento Revolucionário de 1842 e qualquer presença da figura governamental não era benquista na região.

Houve também no Morro de Santo Antônio do Mateus Leme, a Paragem da Gameleira nas proximidades da fazenda do soldado Francisco Xavier de Almeida, pai do Guarda-mor Francisco Sales de Almeida, cujo engenho exportava açúcar no início do século XIX, fazendo surgir o núcleo que originou a cidade de Florestal.

A outra Paragem da Gameleira surgiu da fazenda do Capitão Mor Pedro da Rocha Gandavo, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Viana, com inventário em 1762 (ICMC, Itaúna:192). Este foi casado com Maria Rosa Sodré Sandoval, filha de Catarina Mendes da Rocha e do Coronel Sebastião Carlos Leitão, do Título Arias, Aguirre e Sodré da Genealogia Paulistana. Ele e seu sogro Sebastião Carlos Leitão foram figuras proeminentes nas minas, gozando de boa relação com os três primeiros governadores das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1711, ambos auxiliaram, à custa de suas fazendas, o governador Dom Antônio de Albuquerque quando passou ao Rio de Janeiro, em 1711, devido à nova invasão do velho inimigo francês. Sebastião Carlos Leitão recebeu Carta Patente em 2-OUT-1711 (APM, SC 08, fl. 30) e Pedro da Rocha Gandavo recebeu em 18-FEV-1717 (APM, SC 09, fl. 266 v.-267).

Em 23-MAIO-1711, Pedro da Rocha Gandavo recebeu de Antônio de Albuquerque, carta de sesmaria de meia légua em quadra, divisando com o capitão Antônio Francisco da Silva, no distrito de Itatiaia, Termo da Vila de Ouro

Preto e Sebastião Carlos Leitão foi provido em 2-OUT-1711, ao posto de sargento-mor do terço auxiliar do distrito de Vila Rica (APM, SC 09, fl. 103-103 v e APM, SC 08, fl. 30).

O capitão-mor Pedro da Rocha Gandavo atuou como juiz ordinário em 1713, vereador e almotacé de Vila Rica e no governo de Dom Brás Baltasar, foi servido de duas cartas patentes, a primeira em 20 de janeiro de 1715, do posto de sargento-mor da cavalaria da ordenança (APM, SC 09, fl. 168-168v) e a segunda em 18 de fevereiro de 1717, do posto de coronel de um regimento de ordenança do distrito de Vila de Nossa Senhora do Carmo (APM, SC 09, fl. 266v.-267).

Em 12 de janeiro de 1714, Sebastião Carlos foi provido pelo referido governador no posto de coronel do regimento de cavalaria da ordenança da comarca do Ouro Preto, com patente confirmada pelo Conde de Assumar, em 18 de fevereiro de 1718 (APM, SC 09, fl. 81-81v).

A mando do Conde de Assumar, Pedro da Rocha Gandavo

[...] conduziu com toda a segurança os reais quintos da Vila Real de Sabará ao Rio de Janeiro, no ano de 1718 [e] acompanhou a expedição do Ouvidor Dr. Bernardo Pereira Gusmão contra os levantados de Pitangui, com dez escravos armados (DINIZ,1965:153).

Por este motivo, em 3 de fevereiro de 1720, Pedro da Rocha Gandavo com patente de coronel na época, recebeu uma carta do governador Conde de Assumar na qual esse dava conta

[...] do grande zelo e atividade com que vossa mercê se houve em lhe por pronta gente que levou para Pitangui, e nunca esperei menos do bom conceito que sempre fiz da pessoa de vossa mercê, e assim em nome de Sua Majestade que Deus guarde lhe agradeço este serviço (APM, SC 11, fl. 199v.).

Em 1720, Pedro da Rocha Gandavo e o sogro foram considerados revoltosos, pois estavam ligados às redes de Manuel Nunes Viana e de Pascoal da Silva Guimarães, protagonistas na Guerra dos Emboabas. Em 22 de julho de 1722, ele foi nomeado por três anos, como capitão-mor de Pitangui. Vinha declarado na sua patente que

[...] o dito capitão-mor procurará ter em sossego a dita Vila e seu distrito e a todas as pessoas de qualquer qualidade que sejam que perturbarem o sossego publico dos ditos moradores remeterá preso a bom recado à minha ordem para serem expulsos deste governo e castigadas nas ordens que tenho de Sua Majestade, que Deus guarde e também remete-

rá à cadeia desta Vila Real de Sabará todos os delinqüentes que houver naquele e distrito para serem castigados conforme suas culpas o que tudo lhe dei por recomendado e lhe ordeno me dê sempre conta de tudo o que suceder no dito distrito para que eu seja informado e possa dar a providência necessária (APM SC21:21v.).

Antes de completar os três anos, em 1725, o Capitão-mor foi destituído deste cargo por se achar criminoso e culpado segundo reza a provisão ou patente de seu sucessor, Luís de Siqueira Brandão, provido em 23-ABR-1725:

[...] hei por bem de o nomear e prover no posto de capitão-mor das Ordenanças da dita Vila de Nossa Senhora da piedade de Pitangui que exercitava Pedro da Rocha Gandavo, o qual se acha criminoso e culpado e impedido para servir o dito posto... (APM SC Livros da Secretaria do Governo :26).

Do casamento de Capitão-mor Pedro da Rocha Gandavo e Maria Rosa Sodré Sandoval nasceram dois filhos. João da Rocha Gandavo que se casou com Ana Maria Barros e estava com 39 anos em 1772.

A outra filha Catarina Violante Sodré casou-se com o Capitão Manuel da Silva Fonseca, português, natural de Óbidos e foram pais, além de outra Maria Rosa Sodré Sandoval, Catarina Violante Sodré e Clara que se casou com um Morais Navarro, também de Pedro da Rocha Gandavo, que depois de ter-se aplicado aos estudos, sentou praça e foi alferes brigadeiro.

Maria Rosa Sodré Sandoval, viúva do Capitão-mor em 1762, contraiu novas núpcias com o baiano Nicolau de Sousa de Sá, com inventário em 1772.

Sobre este segundo Pedro da Rocha Gandavo, o neto, Sílvio Diniz, embora o tenha confundido com o primeiro, esclareceu que ele

[...] fixou residência em Pitangui, onde deixou geração. Foi casado com Ana Maria de Jesus, de quem teve dois filhos Manuel da Rocha Gandavo, morador no Serro do Frio e Ana casada com o Capitão João de Almeida. (DINIZ,1965:154).

Ele citou também um [...] Capitão João da Rocha Gandavo, proprietário do Sítio Boa Vista, sito às margens do Rio de São João, na metade do Século XVIII (IDEM,1965:154). O Capitão João da Rocha Gandavo a que ele se referiu, era senão o próprio filho o Capitão Mor Pedro da Rocha Gandavo. Em 1740, ele era escrivão da Guardamoria de Pitangui, com o Guarda Mor José Antônio Forte Magalhães e possuía uma "data e água mineral" de sociedade com José Francisco Rodrigues, Antônio da Silva Ribeiro, Sargento Mor Domingos Martins da Fonseca, Antônio Jorge Franco, Cap. Manuel da Silva Afonseca (seu cunhado),

Cap. Manuel dos Santos Lisboa e Alferes Antônio Ferreira Barreto (ICMC-Itaúna, Livro de Guardamoria:86 V).

Segundo Diniz, sua propriedade tinha o nome de **Sítio da Gameleira** nas margens do Rio São João, que fazia divisa com o sítio do defunto Francisco Gomes da Rocha e hospedou Saint-Hillaire, quando ele passou pelo Patafufo (DINIZ,1965:33 e 42).

O Capitão João da Rocha Gandavo viria falecer em 30-MAR-1745, contraindo Ana Maria de Barros novas núpcias com Manoel Veloso de Carvalho, sargento-mor da Ordenança de Pitangui.

A Paragem da Gameleira ou o Sítio da Gameleira citado por Diniz, pôde ser identificada como a Roça da Gameleira ou a Fazenda da Gameleira do Capitão-mor Pedro da Rocha Gandavo quando foi citado o Sítio da Boa Vista no Rio São João, na retificação do ato de compra de "terras e águas minerais" no Livro de Guardamoria, que Leandro Ferreira e Siqueira e Cia. e Francisco Manuel Braga fizeram ao Capitão João da Rocha Gandavo, terras que pertenceram ao seu pai. Tal Boa Vista, não é outra senão aquela que foi distrito do município de Mateus Leme e hoje pertence à Juatuba, Minas Gerais.

[...] dizendo-me que eles (os acima descritos) compraram ao Capitão João da Rocha Gandavo um sítio, lavras e águas, terras e mais serviços a ele pertencentes na margem do Rio de São João, da parte de além do rio que se divisa da parte de cima em um córrego que faz barra no dito Rio de São João bem fronteiriço às casas do Sítio da Gameleira e correndo Rio abaixo serve de divisa ao dito sítio (ilegível) defunto Francisco Gomes da Rocha, pediam fosse retificada a posse dos ditos serviços, águas e terras minerais a saber: águas de três córregos que um deles faz barra como dito fica bem fronteiro às casas do Sítio da Gameleira e outro seguindo rio abaixo (.) Antes de chegar às casas de vivenda do dito sítio que os ditos suplicantes compraram, chamado a Boa Vista e as terras minerais de veios de água dos ditos três córregos e suas margens e os de tabuleiros e grupiaras que se acham do mencionado córrego que se acha fronteiriço às casas da Gameleira e correndo rio abaixo até o último córrego donde morou o defunto Francisco Gomes da Rocha (ICMC – Itaúna - L.de Guardamoria, 1752:50v. e 51 verso).

No Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Santo Antônio do Morro do Mateus Leme, ocorrido entre 2-JAN-1855 a 22-ABR-1856, a Paragem da Gameleira pertencia a alguns proprietários a saber: Pio Sabino da Silva, Antônio Joaquim Cassimiro, Clemente José de Freitas, Floriana Francisca com seus filhos, Pedro Francisco Lopes, Francisco Antônio da Costa, Ana de Miguel da Silva e José Joaquim Rodrigues, Manoel Valeiro da Silva e o Vigário Cassimiro Moreira Barbosa.

A Boa Vista, em 1855, estava com Francisco Rodrigues da Silva, que em 1832, na relação dos habitantes do Distrito e Aplicação de Santo Antônio do Morro do Mateus Leme, no fogo 242, era casado com Teresa Álvares Lisboa, com 37 escravos e demais agregados, sendo seus filhos Maria, João, José, Miguel e o exposto Tomé (ICMC, Itaúna: 1832:25).

BIBLIOGRAFIA:

BOSCHI, Caio C-Inventário dos Manuscritos Avulsos -AHU- Lisboa -BH,FJP-1998

DINIZ,Sílvio Gabriel- Pesquisando a História de Pitangui.Ed. especial.BH.1985. FEU de CARVALHO, Teófilo- Caminhos e roteiros nas Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas- Diário Oficial-1931

DOCUMENTAÇÕES:

Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial –Belo Horizonte Instituto Maria de Castro Nogueira - Itaúna Projeto Compartilhar- Geocities

*Pesquisadora e Historiadora do Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, presidido pelo seu fundador Dr. Guaracy de Castro Nogueira.